

## Universidade e cidade: uma reconciliação necessária

Clovis Ultramari e Wilson Levy

### **Clovis Ultramari**

Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: ultramari@yahoo.com.  
ORCID: 0000-0002-6441-3547

### **Wilson Levy**

Universidade Nove de Julho – São Paulo, SP, Brasil.  
E-mail: wilsonlevy@gmail.com.  
ORCID: 0000-0002-8130-0288

**Resumo:** Este artigo, de caráter predominantemente ensaístico, discute o compromisso social da universidade em territórios específicos, destacando cidades ou regiões em que se inserem. Sua argumentação é feita em dois caminhos analíticos: em nível de fluxos, do conhecimento gerado e possível apropriação por políticas públicas da gestão urbana e regional, e de fixos, pelo entendimento do impacto de suas estruturas físicas na malha de uma cidade. O primeiro caminho serve-se de um debate qualitativo e referencial; o segundo, de um breve estudo bibliométrico sobre o acatamento, pela gestão urbana, daquilo produzido na universidade. Conclui-se por avanços positivos na consideração e compreensão acadêmica e científica do local e do regional que contém nossas universidades e uma fragilidade no caso da consideração e compreensão da universidade pela cidade. Apesar de mudanças serem visíveis, o artigo detecta problemas estruturais que fazem da reconciliação entre universidade e cidade algo ainda mais difícil.

**Palavras-chave:** Cidade; Universidade; Políticas públicas.

## University and city: a necessary reconciliation

**Abstract:** This predominantly essayistic article discusses the social responsibility of the university in specific territories, highlighting the cities or regions where universities are located. The construction of the article is grounded on two analytical paths: one is based on the understanding of knowledge fluxes between those who produce it and those who can use it, mostly public policies agents, and the other one is constituted by materialized factors, mostly the impacts caused by the university on urban structures. The first path refers to qualitative and theoretical sources, while the second refers to a brief bibliometric study concerning how Brazilian urban management appropriates the assets produced by the university. Conclusions attest positive advances in how universities consider and understand social urban demands, and a fragile understanding by the urban management of what universities may offer. Although changes are visible, the article detects structural problems that render the final reconciliation between cities and their universities even more difficult.

**Keywords:** City; University; Public policies.

## Universidad y ciudad: la reconciliación necesaria

**Resumen:** Este artículo, predominantemente ensayístico, discute el compromiso social de la universidad en territorios específicos, con énfasis en las ciudades en que opera o en el conjunto de las que constituyen "su región". La argumentación del artículo se realiza en dos vías analíticas: una en nivel de flujos, la del conocimiento generado y posible apropiación por las políticas públicas de gestión urbana y regional, la otra en nivel de fijos, entendiendo el impacto de sus estructuras físicas en la red de una ciudad. El primer camino utiliza un debate cualitativo y referencial; el segundo, un breve estudio bibliométrico sobre el interés, por parte de la gestión urbana, de lo producido en la universidad. Se concluye con avances positivos en la consideración y comprensión académica y científica a respecto de lo local y lo regional que encierran nuestras universidades y una debilidad en el caso de la consideración y comprensión de la universidad por parte de la ciudad. Aunque los cambios son visibles, el artículo detecta problemas estructurales que dificultan aún más la conciliación entre universidad y ciudad.

**Palabras clave:** Ciudad; Universidad; Políticas públicas.

## Contextualização

Este ensaio discute a universidade e sua relação com a cidade e região. De imediato, estrutura seu raciocínio em duas vertentes: (I) a relação a partir daquilo que é produzido na universidade, apropriado na cidade, ou seu reverso, daquilo que ocorre na cidade e impõe agendas acadêmicas e científicas, e (II) a relação a partir de atributos físicos, envolvendo estruturas edilícias, inserção no compartimento e dinamização de funções diversas. Essas duas vertentes analíticas são precedidas de uma discussão introdutória sobre a universidade como produto histórico, apropriado pela esfera especializada como parte de uma narrativa de progresso – e, portanto, de avanço – que ganha força com o projeto filosófico da modernidade, cujos efeitos são sentidos também na cidade. Essa discussão, todavia, não será apresentada de forma neutra. Pelo contrário: sua crítica buscará trazer elementos para compreender as razões da (suposta) cisão entre a cidade e a universidade, e da universidade com a cidade.

Construído como um ensaio, desenvolve-se numa conjuntura – Brasil, ano de 2020 – em que a ciência é valorizada como provedora de soluções, mas, paradoxalmente, quem as pode fazer, as instituições universitárias, veem seus recursos reduzirem-se. Neste momento, mais que antes, a universidade faz parte de um grande debate, numa diversidade de enfoques jamais vista: seu financiamento, sua liberdade acadêmica, pelo desejo de alguns de tê-la fora do debate político e pela tentação fácil de sua produção ser ditada por interesses do setor privado, heterogêneo e incapaz de sintetizar interesses maiores da sociedade.

A relação entre universidade e cidade é antiga e intrínseca a ambas as escalas construtivas e como elementos sociais. A despeito de se identificar a universidade como espaço autônomo, tais relações se confirmam na esfera do econômico, social, político e evidentemente científico e cultural. Pela simples constituição de um elemento urbano capaz de alterar atributos de aglomeração, universidades foram também capazes de “criar” cidades no seu entorno e de transformar entornos onde se instala (Herrera, 2011).

A própria origem da universidade já indica uma forte relação com o espaço urbano. De fato, se estivermos certos de determinar o surgimento dessa instituição ou da prática que mais tarde lhe daria sentido institucional, vale lembrar intelectuais que se reuniam com alunos e interessados, nas áreas públicas das cidades medievais, logo se constituindo em grêmios de estudantes e de professores. De tal uso informal e aparentemente casual do espaço urbano, cria-se uma rica mobilidade entre eles no recorte europeu, anunciando não apenas um sistema urbano de cidades – ao modo como o vemos em nosso momento –, mas também de um mundo supranacional, caracterizado por uma língua comum, o latim, e por um desejo também comum, o conhecimento.

Après des voyages qui étaient des aventures, parmis ou à travers les Alpes, les savants de l'Europe entière, se réunissant ici, retrouvaient leur patrie dans les nations dont se composaient les universités: l'université constituait pour eux un État; l'usage commun de

la langue latine les faisait aspirer à cette unité supérieure<sup>1</sup> (Caputo, 1988, apud Verger, 1991, p. 65).

Tem-se então, a partir da leitura de Verger, os quatro principais atributos da relação universidade-cidade: a confirmação de uma influência da universidade na gênese ou crescimento de algumas cidades, a influência da universidade na caracterização do compartimento urbano que a contém, a formação de redes urbanas em nível nacional e internacional e a constituição de um ente que se sobrepõe ou ignora territórios nacionais, línguas e identidades locais.

A referência feita à Idade Média não deve, todavia, ser tomada como a gênese da instituição universitária. Compartilhamos com Jiménez (2007) a constatação de que a história da universidade no mundo: ainda que muitas vezes não formalmente constituída como a viríamos conhecer, é importante considerar que

haya habido saber avanzado y profundo sobre todo en China, India, Japón y alguno pudiera argumentar que en las culturas prehispánicas más avanzadas como los incas y los mayas. Evidentemente la cultura maya tuvo conocimiento avanzado, pero, no llegó a desarrollar instituciones como las que llamamos hoy universidades<sup>2</sup> (Jimenez, 2007, p. 171).

Da parte da América Latina, sempre um recorte analítico no qual inserimos a realidade brasileira, esse “Estado” que ignora os territórios nacionais ainda hoje não se concretiza. Diálogos prioritariamente verticais com as antigas metrópoles e a distinção entre uma América Latina hispânica e outra portuguesa são elementos que começam a explicar a reduzida integração acadêmica no continente e, por consequência, a reduzida relação entre suas cidades. Se, a universidade na América colonizada por espanhóis surge já no século XVI, os portugueses mostraram-se hostis à criação delas em sua colônia brasileira, adianto essa possibilidade para 1808, quando preocupados com a formação de quadros para a operacionalização da corte (Neves; Martins, 2016). Neste momento, pois, funda-se um cenário continental que ainda hoje dificulta os discursos e as ações em âmbito supranacional e racionalidade resultante de redes, fluxos de informação, mobilidade de discentes e pesquisadores, enfim de cooperações diversas que racionalizam recursos e potencializam esforços em um contexto de grande diversidade regional, mas também de fortes convergências sociais, econômicas e políticas. Para Krawczyk e Sandoval (2012), em pesquisa no recorte dos países do bloco Mercosul, políticas de regionalização são definidas, fundamentalmente, no âmbito restrito do Setor Educativo do Mercosul, atestam que políticas de integração de nossas instituições universitárias e científicas ocorrem com participação precípua de equipes ministeriais, sem o envolvimento da comunidade acadêmica,

<sup>1</sup> Após viagens que eram de aventuras, pelos ou através dos Alpes, intelectuais de toda a Europa se reuniam aqui, encontravam sua pátria em nações compostas por universidades: a universidade constituía para eles um Estado, o uso comum da língua latina os fazia aspirar a essa unidade superior (Caputo, 1988, apud Verger, 1991, p. 65, tradução nossa).

<sup>2</sup> Sabia-se ter existido um saber avançado e profundo, sobretudo na China, Índia, Japão, e podia-se argumentar sobre culturas pré-hispânicas mais avançadas como a dos incas e dos maias. Evidentemente, a cultura maia teve um conhecimento avançado, porém, não chegou a desenvolver instituições com aquelas que chamamos de universidades (tradução nossa).

reproduzindo, portanto, um dos vieses possíveis, apenas: o do desenvolvimento de mercados regionais e o da competitividade internacional. Estariam fora de pauta, por exemplo, e minimamente, a integração, de fato, existente entre cidades de fronteira e que constituem demandas por análises e situações não atendidas por nossas políticas nacionais e mais generalizantes.

De fato, Ultramari, Cantarim e Jazar (2019), ao discutirem a produção acadêmica neste continente e seus diálogos, concluem por relações dependentes, com fortes vínculos àquilo produzido na Europa e nos Estados Unidos. Assim, não ocorreria então entre nós a potencial contribuição das universidades para reforçar redes urbanas latino-americanas. Se, na criação e consolidação da universidade europeia, conforme visto acima, a viagem e o diálogo dos seus pioneiros contribuíram para a formação de uma rede urbana, no caso latino-americano ano, ainda hoje esse fenômeno não é observado. Não se observa em nossa história nem uma rede de pesquisadores viajantes, nem a gênese de relações urbanas a partir de relações acadêmico-científicas. Para Albornoz (1993), corroborando uma longa lista de outros autores que se dedicaram a esse estudo sobre o continente, a espacialização e os modelos acadêmicos adotados em nosso continente seguem a lógica do poder metropolitano sobre suas colônias, conforme as conquistas territoriais, até a influência dos norte-americanos, pós-1945. Para além de uma espacialização das instituições universitárias no continente que espelham uma relação de dependência colonizada e não com demandas específicas locais, urbanas e regionais, seu funcionamento, esperadamente, é marcado por fatores também relacionados com essa mesma dependência. Para Mendoza (2002), por exemplo, as convergências que hoje nos une resulta de um conjunto de fatores que remontam à origem da universidade entre nós, sobretudo dos interesses de uma burguesia emergente e de cientistas viajantes dos países centrais.

No caso específico brasileiro, a espacialização e a rede de diálogos entre suas universidades reproduzem a gênese de ocupação do território, também resultante de um processo de colonização, da costa para o interior. Ainda hoje, a espacialização que se tem é a de regiões com maior oferta e melhores indicadores nas manchas de ocupação mais pretéritas e seu reverso nas regiões de ocupação mais recente e distante do modelo colonial. Entretanto, estudos recentes sobre a pós-graduação no país já sugerem sinais de redução de tais disparidades, caminhando-se para menores disparidades regionais (CGEE, 2020).

A decisão portuguesa de formar quadros para sua própria operacionalização e a esperada aparição das estruturas junto à capital do império, confirmava uma estratégia política e territorial, a qual, muito mais tarde, se faria com o fortalecimento de alguns pontos urbanos num território já previamente ocupado. Assim, a expansão do Ensino Superior, nas últimas décadas, não constitui resultado de um planejamento educacional por parte de organismos governamentais. A lógica que orientou sua expansão foi conduzida, em grande medida, pela lógica da demanda e da oferta, em cuja dinâmica o setor privado tem ocupado um papel relevante e crescente no sentido de suprir a demanda por um ensino de massa.

Se nos foram limitadas as influências de estruturas universitárias na constituição de redes urbanas ou mesmo na constituição de nossas cidades, resta importante a dimensão de suas relações com a cidade que a contém.

Por influência estamos nos referindo (I) ao processo constituído pela construção do conhecimento urbano local e de sua contextualização no recorte regional, nacional e internacional e histórico ou contemporâneo e (II) ao processo constituído pelas suas estruturas físicas, na ótica da construção, da ocupação do espaço e de sua inserção em compartimentos.

A primeira tipologia de influência tem sido mais largamente discutida, constituindo o próprio papel primeiro da universidade que é o de gerar conhecimento e contribuir para alterações positivas no seu ambiente social. Quanto a essa importância há um consenso (vide Caldarelli; Câmara; Perdigão, 2015; Chiarini; Viera; Zorzin, 2012); restando, todavia, a dificuldade de verdadeiramente implantar tal intenção e compromisso. Artigo de Abdal (2020) revela uma revisão naquilo que, de modo otimista, suas pesquisas anteriores demonstravam: uma crença na redução das desigualdades regionais brasileiras. Esse autor explicitamente revê tais avanços, confirmando o distanciamento entre o desejado e o obtido:

minhas expectativas se frustraram conforme o tempo [...] minha pesquisa foi me convencendo de que não estava em curso um processo minimamente amplo de desconcentração da atividade produtiva [...]. Ao contrário, o fenômeno seria mais bem descrito e interpretado como manutenção dos padrões estruturais da distribuição da atividade econômica pelo território (Abdal, 2020, p. 4).

Para aquilo que nos interessa mais de perto no presente artigo, estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2006) demonstra que, para além da expansão e interiorização do Ensino Superior, permanece o desafio maior que é o da sua integração com o desenvolvimento econômico regional ou territorial. Do mesmo modo, Caldarelli, Câmara e Perdigão (2015), para o caso do estudo sobre o impacto e relevância das universidades estaduais paranaenses, revela uma carência de literatura nacional que mensure e analise esses impactos.

A despeito de se ter um desejo explicitado e um consenso a respeito do papel regional e territorial das universidades, há, portanto, um longo caminho em como avançar para suas reais conquistas: para além da defesa do regional e do territorial em nossas pautas, aí incluindo as especificidades de nossas cidades, é urgente a construção de uma epistemologia local. Estudos sobre referências autorais na América Latina no estudo do urbano confirmam um olhar que segue voltado para a produção europeia e norte-americana (Ultramari; Cantarim; Jazar, 2019). No estudo do regional, pela exigência implícita e intrínseca da temática, parece haver avanços significativos no âmbito de suas pesquisas, contribuindo positivamente na relação universidade-região. Entretanto, no nível do urbano e intraurbano, há uma persistência de temáticas mais voltadas para a “cidade brasileira”, sem majoritariamente discutir suas realidades específicas ou suas inúmeras matizes, e um reduzido reconhecimento por parte da gestão urbana. Este atributo, ainda a ser resolvido no escopo das potencialidades da relação cidade-universidade, é discutido mais adiante.



## Encontros e desencontros entre universidade e cidade

Iniciar o percurso reflexivo proposto na introdução deste artigo implica sistematizar algumas abordagens importantes para o seu desenvolvimento. Assim, tentamos extrair da história os encontros e desencontros entre universidade e cidade; sendo essa uma das formas possíveis de se analisar a questão. Tal análise é beneficiada, possivelmente, pela grande longevidade destes dois produtos criados pela inteligência humana, o que amplia a amostra disponível ao pesquisador.

A universidade se apresentaria como instituição criada para organizar a produção e a difusão do conhecimento gerado pelo exercício da racionalidade – esse atributo tipicamente humano que foi reposicionado pelos modernos como a condição de possibilidade para a saída do homem do estado de menoridade, de acordo com propósito do esclarecimento desenhado por Immanuel Kant (2005), no texto seminal “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?” Além de expressão filosófica, a modernidade foi também um projeto político, que questiona todas as formas de dominação baseadas no arbítrio e em legitimações divinas.

Se estas premissas forem verdadeiras, o desenvolvimento das universidades deveria ser visto como uma continuidade de fatos – inevitável, natural e necessária –, com um papel inquestionavelmente iluminador e necessário; eventuais percalços seriam significados sob essa referência valorativa. Seria então insensato pensar que as coisas poderiam ocorrer de outra maneira, fora de sua ordem sempre ancorada na ciência e em seus pressupostos. Assim entendida, a universidade estaria sempre pronta para ser mobilizada pela polis e seus atores.

No campo dos estudos urbanos, os ruídos de comunicação entre o mundo especializado da ciência e o mundo prático das decisões políticas e administrativas é uma realidade, com acusações de ambos os lados ou conclusões baseadas em falsas premissas.

desde a origem, a universidade esteve mergulhada em dilemas criados por ela mesma e pelo seu contexto. A dificuldade de transitar pela contradição que se estabelece entre a formação de uma consciência corporativa e uma consciência pública esteve desde o início presente, pela própria necessidade de se afirmar, ao mesmo tempo, a singularidade e a pretensão de universalidade, ou, talvez dizendo mais apropriadamente, a construção da universalidade pela via de uma criação cultural singular que teria de se integrar nas condições objetivas de sua época sem perder o perfil específico (Silva, 2006, p. 194-195).

Nesse sentido, é possível inferir que a universidade e a cidade estão entrelaçadas, não pelas razões que o senso comum sugere, mas pelas contingências que as une. A relação é dialética e não é fácil identificar a origem dessa possível cisão. O criticado isolamento da universidade em seus próprios muros pode significar simultaneamente um movimento de autopreservação (daquilo que já se conquistou) e uma dificuldade de lidar com demandas do tempo presente, em que o imediatismo das demandas e a sua visibilidade ocorrem numa velocidade incompatível com o ritmo de estruturas universitárias paquidérmicas.

Sair desta aporia não é tarefa simples. Compreendê-la, todavia, permite definir com mais clareza os passos que devem ser dados e o caminho a ser percorrido, para além do que está visível nas

aparências. O mesmo raciocínio se aplica no olhar da cidade para com a universidade: dos primeiros povoados organizados em torno de processos produtivos, elas guardariam a semente de uma esfera pública capaz de conectar cidadãos em discussões sobre os destinos da polis, e edificá-la segundo padrões racionais de ordenação cuja formulação levaria em conta o conjunto de saberes obtido do mundo da ciência. Para a desconstrução dessa visão devem ser incorporadas a contingência, a disputa e a ambivalência, elementos conhecidos no pensar científico e, portanto, praticados na universidade.

Rouanet (1995) ao tratar da correlação entre a cidade e o iluminismo como concepção de mundo, revela relações diretas entre o projeto de uma cidade e um pensar político, mas podendo ser pensada por quem identifica esse binário, no caso a ciência e suas instituições. Afirmar a existência de uma cidade iluminista, nesse sentido, seria enxergá-la como um produto determinado historicamente. Segundo o autor:

Muitas cidades e projetos derivam diretamente de concepções do mundo. A visão religiosa do mundo se refletia no lugar central que a Idade Média reservava à catedral. O absolutismo político se manifestava no plano radiocêntrico da cidade barroca, em que todas as linhas convergiam para o palácio do príncipe. No Brasil colonial tivemos cidades totalmente planejadas, as reduções jesuítas, que obedeciam a uma ideologia teocrática, revelada no fato de que as ruas em que se situavam as habitações coletivas dos indígenas, dispostas em ângulo reto segundo as ordenações espanholas de 1573, desembocavam numa praça em que se localizavam a igreja e o colégio dos jesuítas. Brasília traduz uma visão da democracia, em que esta é mais evidente nas instituições que exercem os poderes do Estado que no povo como lugar de soberania, e uma ideologia econômica, baseada no automóvel enquanto peça fundamental da política de industrialização adotada por JK (Rouanet, 1995, p. 156).

O que está por trás desse engendramento é a associação imediata entre modelos de cidade e concepções de mundo, em que as primeiras derivam das segundas. Para Rouanet, se vista no nível mais superficial, essa é uma visão que a todo o momento colocaria a modernidade na berlinda. A cada mudança de tendência, a modernidade, enquanto projeto, teria chegado a seu termo, devendo as sociedades procurarem outro modelo de orientação normativa para edificar e (re)construir suas cidades.

Para superar essa associação automática, é preciso resgatar a ideia da modernidade como produto do iluminismo, nos termos do que aqui já se desenhou. Na leitura que faz sobre a cidade, Rouanet busca uma atemporalidade que faça dos ideais iluministas elementos mais duradouros do que as tendências estéticas observadas ao longo da história da arquitetura. Segundo o autor,

Penso num elenco de princípios diretores, que constitui por assim dizer uma “tradição” para o universo do urbanismo da ideia iluminista. Se eles existissem, o urbanista poderia conciliar sua fidelidade a certos valores com uma considerável liberdade de criação. Reconhecendo a validade de tais princípios, o urbanista seria eticamente responsável [...]. Sob a condição única de que os princípios fossem respeitados, ele estaria livre para criar de acordo com seu próprio estilo e com as linguagens estéticas de seu tempo. Essas linguagens mudam e portanto os mesmos princípios poderiam atualizar-se em realizações urbanísticas que variassem de época para época. Mas as obras em si não envelheceriam [...], porque teriam sido produzidas segundo princípios que não perderam sua validade (Rouanet, 1995, p. 157-158).



A proposta é ambiciosa. Envolve, nesse sentido, revestir o urbanismo de um conjunto de eixos estruturantes do projeto da modernidade, para lhe conferir um caráter perene capaz de suportar a transitoriedade tanto dos padrões arquitetônicos quanto das demandas urbanísticas. Em resumo: a cidade continuaria dotada de uma dinâmica própria, e profundamente enraizada na sua dimensão histórica, mas a mera passagem do tempo não seria capaz de lhe extrair a potência transformadora, inspirada, segundo a proposta teórica de Rouanet, em elementos extraídos do próprio projeto da modernidade – que, em si, pretendeu (ou ainda pretende, se se assumir a sua persistência) representar o melhor caminho para a emancipação humana.

Apropriando-se do raciocínio de Rouanet, propomos então repassar para a gestão urbana a árdua, talvez impossível, mas que justifica a tentativa, de assumir o caráter científico, universalista e dialógico uma vez buscado na essência das práticas científicas.

É uma mediação difícil, mas assumir como ponto de partida a dimensão do conflito é, mais do que um gesto de coragem do pesquisador e do urbanista ou gestor, uma medida indispensável à própria persistência do projeto da modernidade, que precisa conviver, para além da cidade, com a garantia de direitos, em sentido amplo, com a ideia de autodeterminação política, econômica, intelectual e estética.

Se a cidade é produto desse arranjo e, embora singela, a afirmação não parece desprovida de razão, então ele se estende aos seus domínios e, também, aos domínios do pensamento urbanístico.

Servindo-se mais uma vez de Rouanet (1995), arrisca-se um conceito que poderia até mesmo estar no interior de uma ideia geral de direito à cidade, embora não se utilize esta expressão em momento algum da narrativa:

As diversas polaridades configuram um sistema completo de direitos. São o direito à vida urbana e à natureza, o direito à individualidade e à ação coletiva, o direito à beleza e à utilidade, o direito à inovação e à memória. Realizados, esses direitos geram uma forma específica de autonomia, a autonomia urbana, a autonomia do homem na cidade, do homem da cidade. É uma versão “regional” da autonomia iluminista, a ser alcançada segundo princípios válidos no espaço da cidade (Rouanet, 1995, p. 161).

Todos esses direitos encontram no espaço urbano o *locus* de sua integral realização. O elo entre eles é a contradição, a tensão e também a interrogação imanente, baseada em princípios estruturantes, os quais revelam a exuberância da modernidade como base para a ideia de emancipação, aqui no contexto do território urbanizado. No esforço para desvendar a intrincada, por vezes fragilizada e cindida, relação entre cidade e universidade deve, pois, considerar esses caracteres: tensões, ambivalências, contradições e contingências.

### **Universidade e gestão urbana**

A relação universidade cidade é antiga não apenas pela sua criação, conforme visto acima, mas igualmente nas relações com seu tecido urbano, tecido social e gestão político-administrativa. Geralmente, quando implantada em campus, os centros universitários são tomados como espaços

autônomos, com regras edilícias comumente mais flexíveis que seus entornos; uma permissividade possivelmente de seu objetivo maior e de um pretensão bem comum. Tais compartimentos geram aglomeração de pessoas, constituem polos geradores de trânsito, dinamizam seus entornos imobiliários a partir de consumos específicos, eventualmente revisitando a ideia de um *quartier latin*. Tem-se então uma compreensão da universidade que vai além daquela tradicionalmente lembrada por seus vínculos entre resultados científicos e compromisso social, confirmando ser um elemento urbano singular no tecido das cidades. Pierre George (1964, apud Guillemot, 1993, p. 633), há muito definia universidade como *“la fonction urbaine par excellence, avec laquelle on ne ruse pas, même en mettant les universités à la campagne. La fonction intellectuelle et culturelle ne peut être remplie que par les villes: la culture n'éclôt qu'au milieu des foules”*<sup>3</sup>. O que George nos confirma é que a universidade precisa da cidade para existir. O inverso seria menos verdadeiro, por paradoxal que tal raciocínio possa parecer.

Do lado das novas diretrizes da pós-graduação brasileira, em consonância com outras no cenário internacional, há uma clara determinação de se atuar junto à realidade, a partir de agendas propositivas e de impacto (CAPES, 2010). Do lado da gestão urbana, o esforço e a consideração em utilizar a produção intelectual produzida nas universidades ainda são frágeis. Esta hipótese é discutida a partir do estudo descrito a seguir. Este estudo tem como pressuposto de que leis de planos diretores municipais sintetizam grandes diretrizes e grandes ideias dos referidos municípios. Ainda que objeto de críticas quanto à implementação e mesmo de sua verdadeira construção participativa, os planos diretores são aqui entendidos como documentos que guardam diretrizes convergentes e que retratam uma determinada interação entre as forças de distintos agentes sociais, tal qual as tensões, ambivalências, contradições e contingências acima descritas.

Para tanto foram selecionados os planos diretores das dez maiores cidades brasileiras<sup>4</sup>, sempre na sua versão mais atual e em vigor. Certamente, no caso de outros municípios específicos, a menção no referido documento legal de interesses em se trabalhar com instituições acadêmicas ou científicas pode ser mais ou menos evidenciada. A opção por se trabalhar com os maiores municípios justifica-se pela quase sempre maior abrangência temática dos referidos planos diretores. A intenção desse exercício bibliométrico foi o de identificar diretrizes que explicitam um interesse da participação da universidade no processo de planejamento e gestão do município. Para operacionalizar essa identificação, usou-se três palavras-chave, em suas variações usuais: universidade, pesquisa e ensino; o quantitativo de vezes que são mencionadas e a temática específica em que são consideradas pelo município estão no quadro 1, a seguir.

<sup>3</sup> A função urbana por excelência, com a qual não se faz estratagemas, mesmo que inseridas em áreas distantes do tecido urbano. A função intelectual e cultural não pode ocorrer fora das cidades: a cultura apenas floresce no meio da multidão (tradução nossa).

<sup>4</sup> Exceção para Brasília, considerando a especificidade dos planos para essa cidade, sempre pensados e submetidos a uma clara sujeição ao projeto original da cidade.

**Quadro 1: Leis de Planos Diretores das maiores cidades brasileiras (destaques)**

Município – Lei	Citações encontradas
<p><b>São Paulo,</b> <b>Lei n. 16050/2014</b></p>	<p><b>Universidade</b> (uma vez): Menções referentes a parâmetros urbanísticos de uso do solo.</p> <p><b>Pesquisa</b> (23 vezes): Menções referentes a parâmetros urbanísticos de uso do solo, preservação e conservação ambiental, criação de zonas de desenvolvimento econômico, com o intuito de aí se implantarem centros de pesquisas, dentre outras atividades para o desenvolvimento econômico; incentivo à pesquisa arqueológica, preservação cultural, promessa de incentivos à inovação e à pesquisa científica nos Polos de Economia Criativa; Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável deverá diretrizes para orientar as articulações e parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa; a política de Política e do Sistema de Infraestruturas deve incentivar a pesquisa de novas tecnologias; estimular a pesquisa e o registro das obras e monumentos tumulares que apresentem valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico e científico, na composição do Conselho Municipal de Política Urbana, devendo constar dois membros de entidades acadêmicas e de pesquisa; permissão de uso para pesquisa em parques municipais.</p> <p><b>Ensino</b> (7 vezes): Rede de ensino básico; viabilizar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; aperfeiçoar a formação dos servidores públicos municipais por meio de cursos de capacitação para elaboração de diagnóstico, prevenção e gerenciamento de risco, e possibilitar, ainda, sua participação nas atividades de ensino promovidas pelos governos Estadual e Federal; em regiões de maior vulnerabilidade social, incentivar o desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, estimulando sua articulação com instituições de ensino, pesquisa, cultura; fortalecer programas de formação de agentes comunitários locais, educadores e agentes da saúde, preferencialmente integrados com instituições de ensino público superior.</p>
<p><b>Rio de Janeiro,</b> <b>Lei n. 111/2011</b></p>	<p><b>Universidade</b> (4 vezes): Intenção de realizar convênios com universidades e centros de pesquisa em zoologia, botânica e ecologia, de modo a subsidiar as ações desta política e centros de triagem; intenção de realizar programas relativos à educação ambiental com universidades; intenção de parcerias com universidades para implantação e consolidação de incubadoras, parques tecnológicos e programas de inovação; interesse na criação e desenvolvimento de incubadoras de empresas ligadas a Universidades e Parques Tecnológicos.</p> <p><b>Pesquisa</b> (14 vezes): Interesse em incentivar e difundir produções artísticas e pesquisas acadêmicas que destaquem, valorizem e contribuam para a construção da memória e ampliação do conhecimento sobre a Cidade; interesse em cooperação técnica com instituições de ensino e pesquisa voltadas ao desenvolvimento urbano e ambiental do Rio de Janeiro, com o objetivo de auxiliar nos estudos e diagnósticos que se façam necessários ao desenvolvimento das atividades do Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor; incentivar o desenvolvimento de atividades turísticas, desportivas e culturais, em especial o ecoturismo e atividades ligadas à educação ambiental e à pesquisa e proteção da fauna, flora e dos recursos naturais; valorização da pesquisa pelo programa de atração e implantação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento.</p> <p><b>Ensino</b> (9 vezes): Rede municipal de ensino.</p>
<p><b>Salvador,</b> <b>Lei n. 9.069/2016</b></p>	<p><b>Universidade</b> (9 vezes): Incentivo à criação de cursos de pós-graduação, no âmbito das universidades no Município, voltados à conservação do patrimônio cultural material e à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; promoverá programas de capacitação dos membros de órgãos colegiados e lideranças comunitárias diretamente,</p>

	<p>ou mediante convênio com universidades e organizações não governamentais, visando a sua qualificação para o mundo do trabalho; revisão do Plano Municipal de Habitação em parceria com instituições diversas, incluindo universidades; estabelecimento de condicionantes técnicos, sociais e econômicos para disciplinar a implantação de redes, estações e antenas, dentre outros equipamentos referentes aos diversos sistemas de telecomunicações, em parceria com universidades; fomento ao desenvolvimento de polo municipal de alta tecnologia, em articulação com o Parque Tecnológico, e de outras iniciativas correlatas na cidade, incluindo as universidades.</p> <p><b>Pesquisa</b> (27 vezes): Consolidar Salvador como metrópole nacional, polo regional de negócios de vanguarda na pesquisa e experimentação técnico-cultural e nas novas áreas da economia criativa, da tecnologia de informação e do turismo e arte e cultura; apoio ao desenvolvimento e à atração de empresas e centros de pesquisa e de alta tecnologia; fomentar o desenvolvimento de ações e de pesquisas na área ambiental, recursos humanos, arqueologia, infraestrutura urbana, saneamento, práticas pedagógicas, mobilidade; promoção de programa de capacitação continuada de técnicos atuantes na área de habitação, em convênio com universidades, centros de pesquisa. O incentivo à pesquisa com parceria com universidades aparece em todas as temáticas.</p> <p><b>Ensino</b> (23 vezes): Rede municipal de ensino; Macroárea de Integração Metropolitana tem como estratégias, com a intenção de atração de instituições de Ensino Superior e formação técnico-profissional; estimular a implantação de um novo centro de Ensino Superior nas Zonas Centralidades Metropolitanas; implantação do Política de Gestão de Pessoas com formalização de parcerias com instituições de ensino para participação em cursos de capacitação, extensão, graduação e pós-graduação.</p>
<p><b>Fortaleza,</b> <b>Lei n. 62/2009</b></p>	<p><b>Universidade</b> (5 vezes): Intenção de parcerias para áreas de conservação, mobilidade, habitação e cultura.</p> <p><b>Pesquisa</b> (10 vezes): Ações estratégicas da política habitacional e de regularização fundiária, estimular a formação de técnicos na área de habitação de interesse social e regularização fundiária, estabelecendo parcerias com universidades, centros de pesquisa tecnológica; na política do meio ambiente, – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas sobre o uso adequado dos recursos naturais – garantir uma política de incentivo à pesquisa voltada aos conhecimentos populares e à produção de material instrutivo no que tange à educação ambiental; pesquisas e recuperação ambiental em áreas degradadas e unidades de conservação; estímulo à formação e especialização de técnicos na área de mobilidade, estabelecendo e ampliando parcerias com universidades, instituições e centros de pesquisa; ações estratégicas para a política de mobilidade: elaborar estudos e pesquisas, de modo contínuo; Apoio e estímulo à criação e à ampliação de centros de pesquisa e tecnologia; promover a realização de estudos e pesquisas científicas na área ambiental.</p> <p><b>Ensino</b> (2 vezes): Rede municipal de ensino.</p>
<p><b>Belo Horizonte,</b> <b>Lei n. 11.181/2019</b></p>	<p><b>Universidade</b> (0)</p> <p><b>Pesquisa</b> (4 vezes): Incentivar estudos e pesquisas direcionados para a busca de alternativas tecnológicas e metodológicas para coleta, transporte, tratamento e deposição final dos resíduos sólidos, visando a prolongar ao máximo a vida útil dos aterros sanitários; como diretriz da Política Municipal de Mobilidade Urbana, fomento às pesquisas referentes à sustentabilidade ambiental e à acessibilidade no trânsito e no transporte; como diretriz do Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, subsidiar produções acadêmicas e pesquisas, permitindo a participação dos atores locais.</p> <p><b>Ensino</b> (5 vezes): Rede de ensino municipal.</p>

<p><b>Manaus,</b> <b>Lei n. 2/2014</b></p>	<p><b>Universidade</b> (2 vezes): Propõe que o próprio município realize ações de educação ambiental em locais e momentos diversos, dentre os quais, as universidades.</p>
	<p><b>Pesquisa</b> (6 vezes): Tem como diretriz estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de estratégias de gestão democrática, gestão ambiental, e desenvolvimento econômico.</p>
	<p><b>Ensino</b> (5 vezes): Promover a articulação com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de estudos e propostas de gestão ambiental; diretriz de se estabelecer parcerias entre o setor produtivo e as instituições de ensino e pesquisa; parcerias com instituições de ensino e pesquisa para programas de inserção social.</p>
<p><b>Curitiba,</b> <b>Lei n. 14.771/2015</b></p>	<p><b>Universidade</b> (2 vezes): Parcerias diversas, incluindo universidades, para o monitoramento do Plano Diretor Municipal; estímulo atração de universidades, centros técnicos de ensino e capacitação.</p>
	<p><b>Pesquisa</b> (5 vezes): Realizar estudos e pesquisas relativas a mobilidade, patrimônio cultural e meio ambiente (pelo próprio órgão de planejamento municipal).</p>
	<p><b>Ensino</b> (9 vezes): Rede municipal de ensino.</p>
<p><b>Recife,</b> <b>Lei n. 17.511/2008</b></p>	<p><b>Universidade</b> (3 vezes): Política Municipal de Segurança Alimentar buscará pesquisas de universidade e organismos afins; incentivo à instalação de incubadoras de tecnologia avançada, de preferência, em parceria com as universidades e centros de pesquisa.</p>
	<p><b>Pesquisa</b> (6 vezes): Incentivo à pesquisa para a implantação da Política Municipal de Assistência Social; uso, quando necessário, de experiências e pesquisas de universidade e organismos afins; estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação de novas técnicas de gestão, minimização, coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, limpeza pública e patrimônio natural.</p>
	<p><b>Ensino</b> (9 vezes): Rede municipal de ensino.</p>
<p><b>Goiânia,</b> <b>Lei n. 171/2007</b></p>	<p><b>Universidade</b> (1 vez): Rede municipal de ensino.</p>
	<p><b>Pesquisa</b> (7 vezes): Estímulo à pesquisa científica, com vistas a consolidar um instrumento capaz de possibilitar o crescimento econômico local e regional; estímulo à pesquisa relativamente à mobilidade e pesquisa socioambiental.</p>
	<p><b>Ensino</b> (11 vezes): Rede de ensino municipal.</p>

**Fonte:** Elaborado pelos autores, a partir das leis de Planos Diretores Municipais em vigor (2020) junto a *sites* legislativos municipais dos municípios selecionados.

De modo geral, a menção de possível utilização da produção científico-acadêmica pela gestão urbana, conforme o quadro acima, é sempre expressada como uma intenção, sem a descrição de mecanismos institucionais mais concretos que garantam sua consecução de imediato. Se há interesse explícito, falta-se a precisão para a devida implementação.

A pesquisa específica, como para os casos de transporte, saneamento, meio ambiente, patrimônio, e modos de monitoramento, é certamente a demanda mais recorrente encontrada nos textos dos planos diretores selecionados, porém, também com reduzida concretude institucional ou instrumentos operacionais para que venha, de fato, ocorrer. Em alguns casos, como Curitiba, o município se mostra autossuficiente, demonstrando a existência de institutos para a realização de pesquisas que lhe sejam importantes. Isso pode revelar que a busca pela pesquisa não resulta necessariamente de um atributo a ser encontrado nas instituições científicas, mas, sim, de uma incapacidade de o município fazê-la. Estaria aí, então, um indicativo, conforme dito no item anterior



deste artigo, de que há incompreensões mútuas no diálogo universidade-cidade historicamente situadas.

Na maioria dos casos em que o texto legal do plano diretor expressa a importância da pesquisa com participação das instituições acadêmicas e científicas, há sempre uma sugestão de “parcerias”. Esperadamente, o produto dessas instituições não se apresenta valioso se disponibilizado sem a devida especificidade exigida pelo município. Com isso a adaptação de agendas e prioridades passa a ser requisito necessário na ampliação do diálogo que ora tentamos qualificar: para além das duas dimensões dos dois agentes do referido diálogo há um terceiro, o da conjunção, definido por parcerias e adaptações de agenda, procedimentos e prioridades.

Observa-se também uma preocupação em o planejamento e a gestão do município contar com representantes da academia em estruturas participativas, porém como simples forma de se garantir uma latitude de representantes sociais. Mais uma vez, a especificidade precisa ser exercitada, avançando-se para a oferta de produtos necessários por parte da universidade e menos para a adição de compreensões particulares num ambiente múltiplo.

Para além daquilo que se pode apreender o próprio quadro acima, de imediato, ele sugere também, pela sua clara convergência de resultados nos nove municípios analisados, uma replicabilidade em outros contextos municipais brasileiros: há uma intenção de diálogo, da parte dos poderes municipais, com instituições científico-acadêmicas, entretanto, tal interesse ainda carece de concretudes operacionais, de uma sujeição ao interesse do outro, e de uma mais contundente revisão de prioridades e processos.

### **Questões para discussões futuras**

Este artigo estruturou-se numa perspectiva ensaística e outra, curta, bibliométrica. Discutiu as origens da universidade pela sua relação com a cidade e entorno, estabelecendo uma clara relação de sua gênese com a formação de cidades e com as redes urbanas que essas estabeleceriam. Se isso foi verdade na Europa medieval, mostrou-se diferente para o caso latino americano colonial e contemporâneo. O artigo também iniciou um debate sobre alguns dos atributos que possam qualificar o debate universidade e cidade: para além do compromisso social da primeira, atestou possíveis impactos dela no entorno intraurbano. Por último, o artigo, a partir de um rápido estudo dos planos diretores de cidades brasileiras selecionadas, alertou para uma intenção de diálogo com a gestão urbana, porém ainda carente de fatos.

O grande cenário que o artigo se apresenta é o de um indiscutível conserto, um acordo tácito e explícito de que o diálogo entre a cidade e a universidade deva ser valorizado. Ao se terminar a presente discussão, conclui-se pela distância, muito longa, entre o desejado, o pactuado e o realizado. Para os dois primeiros patamares a serem alcançados na construção da conciliação do referido diálogo, desejado e acordado, há fortes sinais de avanço; para o segundo, restam ainda aprendizados a serem exercitados, práticas a serem inventadas e agendas e prioridades a serem rediscutidas.



Entender as razões que possam explicar esse grande cenário de relações desejadas, porém inconclusas, certamente é tarefa mais difícil que constatá-lo. Castanho (2002) chama a atenção para o extenso número de pesquisas que atestam “uma universidade em crise”, entre nós, brasileiros, no século XXI; ao mesmo tempo, esse autor desconfia dessa constatação, sugere discutirmos sua especificidade e afirma que ela seria intrínseca da própria universidade: “duas das principais características da universidade, criticidade e criatividade, referem-se precisamente a seu núcleo de crise. De fato, criticidade é a capacidade de pensar a crise. E criticidade não é senão a capacidade de inventar soluções para as crises” (Castanho, 2002, p. 30).

O alerta de Castanho (2002) para a necessária precisão conceitual de crise e para sua possível impropriedade como atributo de nossas universidades indica então a existência de um problema estrutural. A discussão deste artigo substancializa essa constatação, descrevendo problemas de formação da universidade, da sua ocorrência em nosso continente e de preconceitos mútuos entre ela e os poderes de nossas cidades.

Quanto à formação e localização, observamos uma carência de territorialização: ainda que nos esforcemos para interiorizar a pesquisa e o Ensino Superior, para construir diálogos horizontais no continente e com redes nacionais de conhecimento e produção, a gênese e posterior consolidação dos polos de excelência são fatores de difícil alteração. Quanto à reduzida territorialização das universidades parece haver uma possibilidade de mudanças mais ágeis. Alterar a equação territorialização versus universalização, sem dúvida, é o primeiro passo possível. Enquanto a primeira dimensão diz respeito a um vínculo com o seu entorno e mesmo como fonte de sua especificidade e justificativa maior, a segunda vincula-se a uma presunção de que aquilo que a ciência produz é importante para todos. Dagnino (2002), reconhecendo que essa temática remonta aos anos 1960 e que já fora apropriada por autores diversos, critica o chamado ofertismo da ciência, sempre na confiança na universalidade do seu produto ofertado e na presunçosa capacidade da ciência entender e corrigir o mundo. Tal crítica é ampliada ao se vinculá-la com outras que igualmente buscam uma relação próxima entre ciência e território, como a teoria da dependência, de dominação cultural, neocolonialismo e aculturação. Assim, o ofertismo, sem o importante contato com as necessidades sociais, ressalta “os inconvenientes e os perigos que a transferência acrítica colocava para o alcance dos objetivos das políticas públicas que propunham” (Dagnino, 2002, p. 206). Esse mesmo raciocínio é encontrado em Dias (2002, apud Fagundes, 2009, p. 94): “A construção de um projeto nacional estaria na base da constituição de uma demanda social por conhecimento, o que puxaria o avanço científico e tecnológico, possibilitando dessa forma, o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina” (2002, apud Fagundes, 2009, p. 94).

Se se esclarecem os problemas estruturais na criação e atuação da universidade ou da ciência que ela produz, reação imediata, encontra-se a versão deles no ambiente da gestão de nossas cidades. De fato, os esforços de tal gestão em compreender, demandar e utilizar o conhecimento gerado pela universidade são reduzidos. Alguns exemplos no cenário brasileiro e global se ressaltam, mas chamam a atenção não apenas pelos resultados, mas também pelo inusitado da parceria interinstitucional, meio

ao contexto de desconhecimento e preconceito mútuos. Momentos recentes do governo brasileiro permitiram ou estimularam uma aproximação de quadros da universidade com o pensar da política urbana nacional. Sem dúvida, essa convivência, conforme defendida neste artigo, não ocorre sem polêmicas e prenuncia restrições.

Tal maneira de entender o planejamento urbano, nos anos 2000, no outro extremo da linha do tempo aqui construída, seria contundentemente criticada. Para além da ostensiva defesa de uma “politização” do urbanista, o período mais recente idealizaria a forte concomitância entre o papel do acadêmico, do planejador urbano e funções de assessoria e decisão nos governos, com destaque para a instância federal durante a administração do Partido dos Trabalhadores (Jazar; Ultramari, 2018, p. 195).

Mitre (2016), servindo-se de autores pretéritos (vide, por exemplo, Gieryn, 1983), e sem descartar a importância potencial da aproximação, igualmente alerta para as mesmas polêmicas e restrições. Para essa autora, ciência e política exercitam um relacionamento paradoxal. A primeira ganharia autoridade ao orientar e definir decisões sobre políticas públicas; porém, uma aproximação excessiva com seu interlocutor político pode paradoxalmente ameaçar sua própria legitimidade. A segunda, a política, ou no caso deste artigo, a gestão urbana, pode se fazer valer da autoridade da ciência em defesa de sua plataforma, sendo aceita meramente por “seu” caráter técnico. Estudo seminal de Moore (1996, p. 1622) sobre essa convivência reitera que

*Boundary work between science and other kinds of activities and between scientists and other social groups is undertaken in struggles among scientists and between scientists and nonscientists to determine who within and outside of science may determine what kinds of information and products are produced and for which constituencies these goods are produced<sup>5</sup>.*

Dito de outra maneira, valeria a lembrança de Gieryn (1995, apud Mitre, 2016, p. 290) de que “apenas boas cercas fazem da política e da ciência bons vizinhos”.

Sendo a gestão urbana uma atividade que depende fortemente da prática e da técnica – conforme demonstrado no quadro 1 deste artigo, com a busca por soluções em saneamento, mobilidade, meio ambiente e patrimônio –, o seu reduzido interesse factual pelo acervo e potencial da universidade revela-se mais grave. De um lado, a gestão urbana, sobretudo a de sociedades carentes em seus serviços e infraestruturas básicas, ao buscar a universidade, o faz com a preocupação, compreensível, do presenteísmo e do imediatismo. Por outro, a universidade, ao fazer ciência básica não lhe é permitida assim responder; ao fazer ciência aplicada, não a vincula com o local.

Reconhecer tais limitações, de um e de outro lado, não como crise e sim como problemas estruturais, não anunciam um caminho impossível, de mudanças jamais implementadas. Seu

<sup>5</sup> Trabalhos em zonas de fronteira entre ciência e outras atividades e entre cientistas e outros grupos sociais são realizados com disputas, entre cientistas e entre cientistas e não-cientistas para determinar quem, de dentro ou de fora, da ciência pode determinar que tipos de informação e produtos são produzidos e em que condições são produzidos (tradução nossa).

reconhecimento, ao contrário, qualifica os esforços para mudanças pragmáticas, ainda que nos limites do possível e do possível para as circunstâncias que se tem.

## Referências

- ABDAL, Alexandre. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, p. 1-21, jan./dez. 2020.
- ALBORNOZ, Orlando. *Education and society in Latin America*. Oxford: St Antony's College, 1993.
- CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIGÃO, Claudia. Instituições de Ensino Superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 44, p. 85-112, jan./jun. 2015.
- CAPES. *Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020*. Brasília: CAPES, 2010.
- CASTANHO, Sergio. Da Universidade modelo aos modelos de universidade. *Quaestio – Revista de Estudos em Educação*, v. 4, n. 1, p. 27-43, 2002.
- CGEE. *Brasil: Mestres e Doutores 2019*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2HlxSqK>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira; ZORZIN, Paola La Guardia. Universidades federais mineiras: análise da produção da pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. *Nova Economia*, v. 22, n. 2, p. 307-332, maio/ago. 2012.
- DAGNINO, Renato. Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência Latino-Americano. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 23, p. 205-231, 2001.
- FAGUNDES, Ailton Lorentino Caris. *Caminhos que se bifurcam: ideias, estratégia e interesses na política científica e tecnológica do regime militar*. 261f. Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- GIERYN, Thomas. Boundary-work and the demarcation of science from non-sciences: strains and interests in professional ideologies of scientists. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 781-795, 1983.
- GUILLEMOT, Lionel. L'université dans la villes: l'exemple d'Exeter (R.U.). *Noroi*, v. 40, n. 160, p. 633-641, 1993.
- HERRERA, Mercedes Castillo de. La universidad: hecho urbanístico, económico y cultural frente a sus desafíos actuales. *Bitácora*, v. 18, n. 1, p. 93-104, 2011.
- JAZAR, Manoela Massuchetto; ULTRAMARI, Clovis. Periodizações e idealizações da cidade brasileira: 1875-2015. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 5, p. 188-205, set./dez. 2018.
- JIMENEZ, Elsi. La historia de la universidad en América Latina. *Revista de la educación superior*, v. 36, n. 141, p. 169-178, jan./mar. 2007.
- KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MENDOZA, Celina Lértora. Lineamientos para una historia de la universidad latino-americana. *Anuario de la Filosofía Argentina y Americana*, n. 18/19, p. 38-49, 2001/2002.
- MITRE, Maya. As relações entre ciência e política, especialização e democracia: a trajetória de um debate em aberto. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, p. 279-298, 2016.
- MOORE, Kelly. Organizing integrity: american science and the creation of public interest organizations, 1955–1975. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 6, p. 1592-1627, 1996.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. (Orgs.). *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016, p. 95-124.
- OCDE. *Relatório de auto-análise da Região Norte do Paraná: relatório da participação do estado do Paraná no projeto OCDE – apoio das instituições de Ensino Superior ao desenvolvimento regional*. Curitiba: Seti; UFPR; OECD, 2006.
- KRAWCZYK, Nora; SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. O processo de regionalização das Universidades do Mercosul: um estudo exploratório de regulação supranacional e nacional. *Educação e Realidade*, v. 37, n. 2, p. 647-668, maio/ago. 2012.

ROUANET, Sergio Paulo. A cidade iluminista. *Revista USP*, v. 26, p. 154-193, jun./ago. 1995.

SILVA, Franklin Leopoldo. Universidade: a ideia e a história. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, p. 191-202, jan./abr. 2006.

ULTRAMARI, Clovis; CANTARIM, Fernanda; JAZAR, Manoela. Latin American cities: from subservient reproductions to intercontinental dialogues. *Humanities*, v. 8, n. 18, p. 1-22, 2019.

VERGER, Jacques. La mobilité étudiante au Moyen Âge. *Histoire de l'éducation*, n. 50, p. 65-90, 1991.